

‘CASO JOÃO HÉLIO’: A INTENSIDADE DA COBERTURA DA REVISTA VEJA E SUAS ESTRATÉGIAS DE ENUNCIÇÃO¹

Marcos da Veiga Kalil Filho
Mestrado/UFF
Orientadora: Renata Mancini

Na primeira década do século XXI, parcela da mídia tradicional brasileira, tanto escrita, quanto televisiva, recorreu à exploração de pautas de editoriais policiais e de segurança pública para alcançar o público de forma mais efetiva. Com a alardeada ascensão de um enorme contingente de pessoas ao *status* de consumidor, os jornais, cujo público-alvo anteriormente restringia-se às classes médias altas, passaram a lidar com uma nova configuração das faixas sócio-econômicas do país.

A resposta midiática não se trata necessariamente de uma novidade no padrão de cobertura dos veículos de comunicação do Brasil. Na televisão, por exemplo, diz-se que o horário vespertino vive ciclos de dez anos, nos quais alternam-se programas mais amenos, como novelas e atrações voltadas para fofocas de artistas, e os policialescos, que exploram os acontecimentos relativos ao que se entende por “violência urbana”, no senso comum, ou o que a Criminologia Crítica compreende como gestão da pobreza nas regiões metropolitanas brasileiras.

Todavia, durante esse período, com a mudança de nomenclatura do noticiário policial para reportagens de segurança pública, houve um salto qualitativo da cobertura, que possibilitou a venda desse produto para classes mais abastadas. A editoria de polícia sempre esteve associada a um leitor de menor qualificação - inclusive, os repórteres mais novos eram indicados para cobrir as delegacias. Nos últimos anos, cobrir segurança pública passou a denotar maior prestígio para o jornalista, não raro acompanhado de “especialistas” no assunto.

A revista *Veja*, semanário mais vendido do país, tem em seu público-alvo a classe média urbana. A publicação teve sua primeira edição rodada em 11 de setembro de 1968, em cujo editorial afirmava ter como objetivo “ser a grande revista semanal de

¹ Artigo apresentado no V SAPPIL-UFF, em novembro de 2014, na Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.

informação de todos os brasileiros.” Desde então, notabilizou-se pela entrevista exclusiva com Pedro Collor de Mello, irmão do então presidente Fernando Collor de Mello, que desencadeou uma série de denúncias e investigações, culminando com o impeachment e a renúncia do presidente da República.

Ainda que não assuma oficialmente um engajamento específico dentro do espectro político, Veja é acusada por seus críticos de gradativamente afastar-se dos ideais iniciais de centro-esquerda, alinhando-se ao pensamento liberal-conservador, nos anos 1990 em diante, o que se entende, atualmente, como direita política.

O “Caso João Hélio”, coberto também por Veja, diz respeito à narrativa criada pelos meios de comunicação, em torno de um crime ocorrido em 2007, no Rio de Janeiro, onde dois jovens roubaram o carro de uma mulher, que estava com três crianças. Uma delas, o menino João Hélio, não conseguiu sair à tempo do veículo, ficou preso ao cinto de segurança e acabou arrastado por um longo trecho, de modo que veio a falecer.

A metodologia do presente artigo, a Semiótica, será particularmente explicitada na primeira parte do segundo capítulo. A teoria desenvolvida, em seu início, por Greimas oferece um simulacro de abstrações capaz de analisar textos de todas as ordens, minuciando os perfis de enunciador e enunciatário, a partir dos vestígios deixados no enunciado. Em seguida, na segunda parte, debruçar-se-á sobre o *corpus* de pesquisa, a cobertura de Veja sobre o “Caso João Hélio”.

Da Semiótica à tensiva

A Semiótica tem sua gênese com Algirdas Julien Greimas, como um projeto², não como um produto acabado, em continuidade às disposições de Saussure. O constructo teórico, criado pelo linguista lituano, parte, dentre outras influências³, da teoria narrativa do estruturalista russo Vladimir Propp e, com o consequente retorno oferecido por objetos de estudo gradativamente mais complexos - como os textos

² FIORIN, 2008: 133.

³ Aqui, vale um adendo. As influências mais significativas da Semiótica, para além de Propp, são Saussure e Hjelmslev, no âmbito da Linguística, Benveniste, no campo da Linguística da Enunciação, e Marleau-Ponty, em seu parecer do sentido, da Fenomenologia. Em uma virada pragmática da Linguística, Greimas constata que só a *langue* não dará conta dos estudos de linguagem. Ao Estruturalismo, agrega-se a Semântica, gestando o projeto da Semiótica, sob a ideia de que o ponto de vista, o recorte, cria o objeto, a totalidade para a Semiótica.

sincréticos -, chega às mais recentes incipiências do campo científico-acadêmico, representadas pela Tensiva, por exemplo.

Para Fiorin (2013), a Semiótica “tem por objeto descrever e explicar os procedimentos de composição discursiva, que se manifestam textualmente”. Haveria três condições para seu estudo: ser sintagmático, por interpretar um todo de significação, o texto ou o discurso; ser gerativo, pois a linguagem e a organização textual obedecem a uma hierarquia da organicidade de categorias abstratas à singularidade de figuras e temas específicos de cada texto; e ser geral, ao manifestar-se em diferentes planos de expressão possíveis.

Uma das ideias fulcrais do projeto da Semiótica consiste em sua concepção de texto, qual seja uma articulação de um plano de expressão com um plano de conteúdo. O plano de expressão apresenta-se como responsável pela manifestação do conteúdo: verbal-oral, gestual, verbal-escrito etc. O plano de conteúdo, por sua vez, será entendido a partir do princípio proppiano, cuja busca por invariantes de contos populares para chegar ao que chamava de “funções”, fazeres dos personagens estabelecidos por seu papel na história, permitirá sua sistematização abstrata: o percurso gerativo de sentido.

Contido no plano de conteúdo, esse simulacro metodológico de abstrações⁴ prevê três níveis de concretização do sentido, preenchidos por sintaxe e semântica: o fundamental, que comporta categorias antagônicas basilares; o narrativo, cujas transformações e estados representam as ações do homem no mundo; e o figurativo, as figuras e os temas da superfície do texto. Nessa instância, há a proximidade ao plano de expressão, que veicula o conteúdo, e as isotopias⁵ podem ser verificadas.

Para a Semiótica, interessa a significação, a organização e a forma - a “arquitetura textual que produz o sentido”⁶. Nessa esteira, não interessa a intenção do autor e a historicidade, enquanto “anedotas a respeito de suas condições de produção”⁷, mas como o sujeito da enunciação está construído no texto. O sujeito da Semiótica erige-se nas marcas deixadas pelo enunciador, criando verdadeiros perfis de enunciador, polo voz, e enunciatário, polo de recepção. O enunciatário, cumpre ressaltar, interpela o

⁴ FIORIN, 2008: 126.

⁵ As isotopias conferem “coerência semântica a um texto, (...) a partir da reiteração de traços semânticos ao longo do discurso” (FIORIN, 2013:112)

⁶ Id., 2008: 122.

⁷ Id., 2011: 16.

enunciador em sua coerção, inerente ao fazer persuasivo, paradigma da Semiótica no tocante à sua acepção de comunicação.

O caráter persuasivo da comunicação se dá porque o enunciador se utiliza de escolhas e estratégias - as quais deixam invariavelmente marcas de enunciação no texto - tal que o enunciatário entre em conjunção com seus valores. Esse processo de manipulação desvela-se na ligação das dimensões pressuposta e projetada do texto. O sujeito da enunciação encontra-se pressuposto, mas o texto, uma unidade autônoma de dependências internas⁸, ainda possui sua narrativa projetada, o enunciado, mais facilmente apreensível ao polo receptivo. Assim, um enunciador irônico pode efetivamente dizer algo na narrativa projetada, querendo significar o oposto na narrativa pressuposta.

No nível narrativo do percurso gerativo de sentido, estabelecer-se-á o ponto central da existência semiótica: o fazer. Com o binômio sujeito-objeto posto, a relação conjunta - conjunção ou disjunção com o objeto-valor - passa a ser o parâmetro organizador das transformações narrativas. Os valores do manipulador-destinador transferidos ao sujeito, em uma relação subjetiva necessária, criam o engajamento subjetivo primordial, o crer. Essa manipulação dota o sujeito de um dever ou querer buscar o objeto-valor. O sujeito se vê modalizado para um fazer na Semiótica *standard*.

O antissujeito também possui papel fundamental nessa dinâmica. O obstáculo é inerente à busca. O objeto-valor não existiria sem o antissujeito, um ponto de inflexão. Ao concordar com os valores do manipulador, o sujeito enxerga imediatamente o antissujeito. Se assim não o fosse, o sujeito já estaria em conjunção com o objeto-valor - ou, ao menos, não teria dificuldades em alcançá-lo - e, portanto, não aconteceria a transformação, condição *sine qua non* para uma narrativa. Há ainda o actante narrativo do adjuvante, aquele que ajuda o sujeito a chegar ao objeto-valor.

Dentro de um programa narrativo, o sujeito poderá passar pela sequência canônica⁹, composta por quatro fases: a manipulação, a doação de competência, a ação (ou performance) e a sanção. Fiorin as explicita em sua obra “Elementos de Análise do Discurso”:

⁸ HJELMSLEV, 1991: 29.

⁹ FIORIN, 2013: 29.

Na fase de manipulação, um sujeito age sobre outro para levá-lo a querer e ou dever fazer alguma coisa. (...) Na fase de competência, o sujeito que vai realizar a transformação central da narrativa é dotado de um saber e/ou poder fazer. (...) A performance é a fase em que se dá a transformação (mudança de um estado a outro) central da narrativa. (...) A última fase é a sanção. Nela ocorre a constatação de que a performance se realizou e, por conseguinte, o reconhecimento do sujeito que operou a transformação. (FIORIN, 2013: 29-31)

Na sintaxe narrativa, há dois tipos de enunciados elementares: os enunciados de estado, aqueles que estabelecem uma relação de junção entre um sujeito e um objeto; e os enunciados de fazer, os que mostram as transformações, uma passagem de um enunciado de estado a outro. Efetivamente, a estrutura da Semiótica padrão acaba por privilegiar o sujeito do fazer. O estado (o ser) fica relegado a uma instância de menor importância, anterior e posterior a um fazer, fundamental ao arcabouço teórico-metodológico até aí proposto.

Deixada por Greimas, uma das trilhas a serem percorridas, portanto, é a contemplação do sensível e do passional. A Semiótica Tensiva posiciona-se como o próximo passo no processo de construção do bojo teórico da Semiótica e apresenta o sujeito nominalizante. Este, para existir, não precisa mais “fazer”, mas também poderá apenas “ser” - o sujeito de estado. O estado não é apenas o momento prévio da ação.

Outrossim, com o intuito de superar os binarismos e as oposições simplistas do quadrado semiótico, a Semiótica Tensiva propõe o contínuo¹⁰ e a curva tensiva, capazes de demonstrar a gradação, as direções, os aumentos e as diminuições, entre outras operações que fogem da lógica dual e mecânica, concernente à Modernidade, distantes da dialética crítica condizente com a contemporaneidade e a lógica participativa de Hjelmslev. A Semiótica Tensiva é vetorial, trata de tendências¹¹. Fiorin discute de forma clara o tema:

A Semiótica Tensiva propõe-se estudar as figuras da instabilidade: a variação, o devir, o processo, a identidade, a continuidade, etc. (...) A tríade sobre a qual se assenta a Semiótica Tensiva é “a estrutura, porque formula o sentido; o devir, porque o orienta, e o andamento, porque controla sua duração. (FIORIN, 2008: 135)

¹⁰ Id., 200: 133.

¹¹ Cumpre salientar que essas características solucionam outro problema da Semiótica: a sintaxe da conversão, da mudança entre níveis (do fundamental para o narrativo etc).

A tensividade é a esquizia inaugural¹², a qual comporta um par de grandezas, denominadas de intensidade e extensidade. Aquela, os estados de alma, o sensível, rege esta, os estados de coisas, o inteligível. A junção delas define o espaço tensivo de recepção para as grandezas que tem acesso ao campo de presença. Em outras palavras, tudo o que imerge no raio de percepção do sujeito se vê qualificado em termos de intensidade e extensidade. O viés cognitivo das ideias de campos de presença, o correlato tensivo da relação sujeito-objeto, e da função percepção foi possível apenas após uma virada fenomenológica, que incorporou elementos de fora da pegada eminente e imanentemente estruturalista da Semiótica.

O sujeito que percebe passa a ser o sujeito da Semiótica. O limite do seu campo perceptivo defini-lo-á. A percepção estará inscrita no gráfico da intensidade e da extensidade. Haverá a correlação entre um eixo da força, passional-sensorial, e o eixo do desdobramento, das delimitações e demarcações cognitivas. A intensidade regente e a extensidade regida¹³, denominadas dimensões, possuem ainda subdimensões: respectivamente, andamento e tonicidade, para aquela, e temporalidade e espacialidade, para esta. Há também os foremas da direção, da posição e o eã, os quais, a partir do entrecruzamento de valências¹⁴ e das modulações da arena perceptiva, orientam a produção de sentido.

Tatit (2011) chega a chamar esses “aumentos e diminuições” de “quantificações subjetivas”. Para o autor, a nova perspectiva da Tensiva realoca o antissujeito em uma posição de suma importância para a dinâmica do fazer missivo¹⁵ e da narrativa. A alternância entre fazer remissivo e emissivo dita o ritmo da leitura e o projeto de interação, no processamento inteligível, entre enunciador e enunciatário. O actante antagonista imporá a falta ou o excesso, cuja repercussão na trajetória do sujeito poderá

¹² Zilberberg, 2006: 169

¹³ Ibidem: 175

¹⁴ Zilberberg (2006) define valência, como as próprias determinações intensivas e extensivas. São intervalos de referência, fúntivos do valor, a associação de duas valências. O afeto, por exemplo, é a unidade de contagem imaginária do sensível, definido, em primeiro lugar, por sua valência intensiva vivenciada.

¹⁵ Zilberberg (2006) pressupõe um fazer missivo na narrativa do sujeito tensivo, composto pelo par emissivo-remissivo de forças contrárias. O fazer missivo recebe os valores tensivos e proporciona ao nível narrativo, de acordo com o dispositivo que lhe é próprio, dois tipos de valores missivos: os valores emissivos e os remissivos. O fazer emissivo é o movimento do sujeito em direção a seu objeto-valor - bem representado pela “parada da parada”, um fazer continuativo. O fazer remissivo, por sua vez, consiste na própria existência do antissujeito, o antiprograma, que funciona como a “parada”. O tempo emissivo se move, começa quando o tempo remissivo se extenua e se acaba.

ser constatada na ordem de recrudescimento (sentido e direção de “mais mais”), de atenuação (“menos mais”), de restabelecimento (“menos menos”) e de minimização (“mais menos”).

A semiótica sempre procurou meios para calcular o “progresso narrativo” do discurso e já havia concebido a noção de “papel actancial” dentro de uma lógica de aumento (mais) ou diminuição (menos) do ser semiótico à medida que este galga etapas em seu percurso narrativo (...) os antissujeitos são especialistas em causar privações ou desagregações de toda ordem, as quais levam o sujeito a buscar formas de recomposição da sua identidade ou do seu domínio a partir da restauração da própria competência e do confronto direto contra o responsável por seu definhamento. Trata-se sempre de um restabelecimento crescente do actante prejudicado, por meio de aquisições modais ou acúmulo de vitórias que recrudescem seu prestígio narrativo. (TATIT, 2011: 43)

A lógica do aumento e da diminuição pertence à sintaxe intensiva. Esta opera no intervalo de referência impactante vs fraco, dentro dessa sintaxe ascendente ou decadente. Contudo, há ainda a sintaxe extensiva, que age entre misturas e triagens, em um intervalo de referência do concentrado vs difuso. “(...) a triagem recai sobre misturas que ela desfaz, na medida em que a mistura incide sobre as resultantes de triagens anteriores.” (ZILBERBERG, 2004: 71). As referidas operações pragmaticamente relacionam-se à percepção do sujeito no impacto da novidade, quando da predominância da intensidade, ou no conforto do conhecido, na hipótese de exacerbação da extensidade. Do ponto de vista do objeto, a intensidade se constrói em valores de absoluto, inscrito na noção de uno, e a extensidade, em valores de universo, adstrito à ideia de difusão.

A semiotização da cobertura da Revista Veja acerca do “Caso João Hélio”

Tendo em perspectiva o arranjo teórico pormenorizado no item anterior, o capítulo em voga buscará minuciar as estratégias de enunciação da revista *Veja*, com especial atenção à curva tensiva e ao perfil de enunciatário, construídos na cobertura do “Caso João Hélio”, na edição nº 1995 de 14 de fevereiro de 2007. Em 7 de fevereiro de 2007, João Hélio Vieites morreu, após ficar preso no cinto de segurança do carro, que fora roubado, e ser arrastado. O ocorrido ganhou enorme repercussão nos meios de comunicação e incitou, entre outras iniciativas, o reforço ao *lobby* legislativo para o endurecimento de penas e a redução da maioria penal. As idades da vítima, seis

anos, e dos autores do crime, um menor e todos os demais próximos aos 18 anos, foram reiteradamente destacados pelos veículos de informação.

O *corpus* de estudo compreende especificamente a capa da edição nº 1995 e as páginas 46 a 51, nas quais consta a reportagem especial. Logo no rosto da publicação (Anexo 1), pode-se observar as principais estratégias do semanário: a cor preta predomina, remetendo ao luto; a foto alegre e inocente do menino João Hélio destaca-se, auxiliando na identificação do enunciatário com a vítima e também corrobora o quão indefesa era a criança; o uso dos adjetivos “arrastado”, “morto” e “destruído” demarca a função emotiva¹⁶ e a ideia de brutalidade; e, não menos importante, a pergunta “Não Vamos Fazer Nada?”, elucidando a função conativa ou apelativa¹⁷, posteriormente reafirmada pela repetição da modalização deôntica - “tem que”, “deve ser assim”.

Cumprido ressaltar que o uso predominante do preto, chapado em toda a capa da revista, representa uma quebra de expectativas para o leitor. Afinal, a arte das capas costuma ser mais elaborada. Essa ruptura do esperado, o assomo e a surpresa, configuram-se na exacerbação do eixo da intensidade. A utilização da cor preta continuará nas bordas das páginas da reportagem especial. Considerando a práxis enunciativa, o enunciatário, de pronto, se vê mobilizado pelos valores produzidos por essa estratégia.

De maneira geral, o texto jornalístico em tela comporta uma primeira parte, que constrói uma narrativa detalhada do que teria acontecido desde o assalto ao carro em que estava a vítima, até os momentos seguintes ao abandono do veículo. Ademais, fotos da família do João Hélio e de outras vítimas de classe média pelo que se entende por “violência urbana” no noticiário estão espalhados pelas páginas, assim como trechos escritos pelo colunista Reinaldo Azevedo, em itálico, são entremeados no corpo textual principal. Por fim, uma segunda parte encerra a matéria, com a revista apresentando soluções, a resposta para a pergunta da capa.

A reportagem possui uma gama de isotopias, traços semânticos que se repetem. A recorrência da ideia de brutalidade fica evidente em palavras ou trechos,

¹⁶ “Os textos com função emotiva ou expressiva, por sua vez, usam, de preferência, os seguintes procedimentos: emprego da 1ª pessoa, apresentação de qualidades “subjetivas”, por meio de adjetivos (...)” (BARROS, 2006: 34).

¹⁷ “Os textos com predominância de função conativa ou apelativa, por sua vez, constroem-se sobretudo com os procedimentos que seguem: uso da 2ª pessoa, do imperativo, do vocativo, da modalização deôntica (dever), de estruturas de perguntas e respostas.” (BARROS, 2006: 35).

como “suplício”, “barbárie”, “destruída”, “tragédia”, “monstros”, “uma cena difícil de imaginar, mesmo nos piores filmes de terror”, “crueldade”, “martírio”, “sangue-frio”, entre outros. O próprio hiper detalhamento do crime, redigindo uma nova “Via Crucis”, segue na esteira da isotopia da brutalidade.

Há a isotopia do Outro, evidenciada por “bandido”, “bandidagem”, “eles”, “criminosos”, “barbárie”¹⁸, “bárbaras”, etc; da iminência, em “urgência”, “emergência”, “chega”, “UTI”, “vital”, “em breve”, “já”, “hemorragia”, “escalada”, “limite” etc; da dramatização, em “trágica”, “tirou a respiração”, “cena”, “estaremos chorando outro João Hélio” etc. A isotopia das instituições é explicitada por “família”, “casa nova”, “marido”, “policia”, “polícia”, “mãe”, “ordem” etc. A axiologização atuará, em especial, para euforizar esta última isotopia.

O sujeito da enunciação, composto por enunciador e enunciatário, encontra-se na narrativa pressuposta. O enunciador, a revista *Veja*, cumprindo o primado do fazer persuasivo, agirá como um destinador do enunciatário, buscando convencê-lo a entrar em conjunção com seus valores. Para tal, a publicação engendra uma teia de programas narrativos, os quais compõem a narrativa projetada, onde o “Caso João Hélio” e todo seu detalhamento situam-se.

A oposição fundamental que perpassa toda a reportagem é segurança x liberdade¹⁹. A axiologização do texto nos indica que a segurança é eufórica e a liberdade é disfórica. “A decisão de quem vive e quem morre nesta sala, infelizmente, está nas mãos dos bandidos.” Um dos programas narrativos consiste no sujeito família de classe média, cuja casa nova está em reforma, leva o filho para a escola, tem planos, janta ao final do dia em família e se vê “destróçada” por “bandidos”. As isotopias eufóricas ligam-se a esse sujeito, enquanto as isotopias disfóricas relacionam-se ao antissujeito criado por *Veja*, a “bandidagem”.

As figurativizações apresentadas para concretizar o nível narrativo não se limitam ao “Caso João Hélio”. Fotos de outras pessoas de classe média são destacadas nas páginas, o que amplia o efeito de identificação do enunciatário com as figuras do nível discursivo. Igualmente, a principal fotografia dos autores do crime, em que os

¹⁸ A etimologia da palavra “barbárie” é bastante reveladora para o seu uso. A barbárie vem do grego *barbaros*, que significa “estrangeiro, forasteiro” ou “aquele que fala de modo incompreensível”, de um som *barbarbar* que imitava um balbuceio.

¹⁹ Segurança x Liberdade é uma dicotomia clássica dos Direitos Humanos. A acepção de liberdade, aqui proposta, relaciona-se às ideias de direitos e garantias, espaço político-social de exercício de prerrogativas do sujeito, essencial para a afirmação de sua existência.

jovens aparecem sem camisa e com bermudas frouxas, sendo segurados por policiais, reforça a estratégia moralista da revista, afastando o enunciatário de qualquer tipo de sensibilização com o antissujeito - afinal, ele é o antagonista. As partes íntimas de um deles estariam à mostra e são escondidas por um efeito de imagem. Em contraste com a isotopia das instituições, a escolha não-ocasional da foto consolida a percepção de quebra da ordem e do pudor, associados ao sujeito.

O antissujeito “bandido” estabelece a parada pelo excesso de liberdade. A “bandidagem” teria o poder, inclusive, de decidir quem vive e quem morre. “O crime precisa ser enfrentado como tal (...) está gerando pavor paralisante no país. É vital escapar da paralisia.” Há uma narrativa de atenuação (“menos mais”). O semanário rejeita soluções de longo prazo - clama por “medidas específicas e urgentes” e zomba de “reformas para dar resultados daqui a um século” -, as quais seriam narrativas de minimização (“mais menos”) e comporiam outra estratégia, menos imediatista e populista.

O discurso segue a linha do Direito Penal do Inimigo, teoria criada pelo criminalista alemão Günther Jakobs, na década de 1980, acusada de autoritarismo por seus críticos, segundo a qual as políticas públicas de combate à criminalidade devem obedecer aos pilares de antecipação da punição, relativização ou supressão de garantias processuais do réu e criação de leis severas para punir os “inimigos”, quais sejam terroristas, delinquentes organizados, traficantes, criminosos econômicos, dentre outros.

O antagonismo dos “bandidos” prescrito tanto por Veja, quanto pela teoria de Jakobs, inscreve-se na curva tensiva em valores de absoluto e exacerbação do eixo da intensidade. Consiste em um movimento ascendente, em que andamento e tonicidade intensificam-se, e, no eixo da extensidade, opera-se a triagem no campo de presença. A concentração do que é eufórico se manifesta com vistas à segregar o que é disfórico e criar esse embate claro entre os bons e os maus, “família” e “bandidos”.

No entanto, quanto mais ascendente no eixo da intensidade, mais evidente torna-se o programa narrativo (PN) da narrativa pressuposta, permeado pela objetificação do inimigo e a reificação do fenômeno da violência, características não só de Veja, mas também de parcela conservadora do noticiário nacional. Um antissujeito possui o seu próprio programa narrativo, com seu abjeto²⁰. Este constitui-se em antiprograma, a

²⁰ Objeto-valor do antiprograma.

partir da manipulação do destinador no programa narrativo do sujeito em questão, que passará a percebê-lo como perpetrador da parada ao entrar em conjunção com os valores estabelecidos pelo manipulador. Nesse sentido, o antissujeito possui motivações, uma narrativa que o acompanha. O “bandido” apresentado por Veja e a violência que permeia a reportagem são bidimensionais, simplistas, meros vilões. O antropólogo Edilson Márcio Almeida da Silva debruçou-se sobre a maneira pela qual a cobertura midiática trata esse tema:

A violência passa a ser tratada como algo autoevidente, ou seja, como algo que todos sabem o que é e, portanto, não se faz necessário explicar ou definir. (...) Violência como um mal genérico. (...) A violência é tratada como algo que existe per si, ou seja, como ações sem sujeito ou com sujeito indeterminado. (DA SILVA, 2010: 41)

Esse paradigma nos alerta para a existência do PN da narrativa pressuposta, instância da enunciação. O “bandido”, antissujeito da narrativa projetada, é assujeitado ou objetificado na narrativa pressuposta e seu subjugamento transforma-se no objeto-valor do sujeito revista Veja, o enunciador. A narrativa projetada, que contém a história do “Caso João Hélio” e todas as demais figuras e temas, recobre esse fazer persuasivo basal, no qual a publicação revela seu engajamento ideológico e sua visão de mundo. A publicação tem, como objeto-valor da narrativa pressuposta, a limadura do inimigo, dos “bandidos”.

Não à toa, as soluções apresentadas por Veja tem como objetivo: a) a diminuição e a suspensão de benefícios de presos; b) a possibilidade de se internar *ad eternum* os adolescentes que cometerem crimes - “Só deveriam poder deixar os centros aqueles adolescentes que estivessem realmente ressocializados. E isso poderia levar três, quatro ou dez anos”; c) proposições de intervenção positivistas de “equipes multidisciplinares” para corrigir os jovens das comunidades e de policiamento comunitário, que “ganha a confiança dos moradores”. Essas diretrizes são achadas na parte final da reportagem, onde a revista se coloca mais à extensidade, com o uso da função referencial e as narrativas pressuposta e projetada mais aproximadas.

A narrativa pressuposta de Veja parece imiscuída ao Positivismo no que busca destruir as qualidades do antissujeito que o tornam agente, acusando-o de brutalidades radicalmente incompatíveis com a lógica de um sujeito. Ou seja, o antissujeito é reificado, torna-se um objeto alvo das projeções de valor do sujeito e das expectativas

de cumprimento de regras que constituem a narrativa do sujeito e não do antissujeito, que, portanto, é tratado como objeto. É a reificação do outro, como se a alteridade pudesse deixar de existir. Como se a uniformização do outro, a partir da réplica da narrativa do sujeito, pudesse elevar o outro a uma categoria melhor do que aquela que ocupa naquele momento. O que é uma falácia, pois a alteridade é inerente à existência.

Conclusão

A aplicação do constructo teórico da Semiótica francesa restrita à cobertura da revista *Veja* sobre o “Caso João Hélio” não permite a aferição de resultados compreensivos. Sem uma análise mais abrangente, cujo *corpus* abarque um maior número de variáveis, há apenas como apontar tendências, observadas a partir da empiria supramencionada. Nesse sentido, o presente trabalho se propõe, dentro do recorte estabelecido, apontar essas direções tal que um futuro ensaio possa verificar e aprofundar os direcionamentos.

A revista *Veja* caracteriza-se como um enunciador conservador. A publicação euforiza, na narrativa projetada, as isotopias usualmente relacionadas ao moralismo, como a família, a polícia e a ordem. A axiologização e figurativização propiciam, dentro do simulacro do percurso gerativo de sentido, a comprovação da posição ideológica do enunciador. Os “bandidos” ganham o papel actancial de antissujeito, pois impedem a tradicional família de alcançar o seu objeto-valor, a paz.

No nível fundamental, situa-se a oposição clássica das políticas públicas de combate à criminalidade: liberdade x segurança. Em sociedades nas quais a segurança consiste em um bem jurídico privilegiado, as liberdades - os direitos, as garantias e as prerrogativas do indivíduo - são postas em segundo plano. O coletivo sobrepõe-se ao individual na medida em que os meios para atingir as padrões de segurança estabelecidos em sociedade esbarram nas liberdades que os sujeitos de Direito terão que abrir mão.

Não obstante os ideais do Liberalismo, os estadunidenses agiram, no pós-11 de Setembro, com o fito de implantar um amplo aparato de espionagem, controle e polícia globais. Nos aeroportos daquele país e, gradativamente, em todo o mundo, barreiras de fiscalização obrigam passageiros a escrutínios não raro vexatórios. O referido exemplo,

ainda que de natureza singela, demonstra o quanto um determinado grupo social pode afastar-se da fúducia e da solidariedade com o objetivo de sentir-se mais segura.

O semanário, em verdade, deixa, no enunciado, marcas de enunciação, as quais denotam sua estratégia de exacerbar o eixo da intensidade. O enunciatário previsto é submetido ao hiper detalhamento da morte da vítima e a uma elencagem de outros casos parecidos. A publicação cria uma sensação de urgência e excesso. A minimização só será possível com as respostas habilmente colocadas ao final da reportagem.

Após transitar pelas funções emotiva e apelativa ao longo de todo o texto, Veja retorna ao tom jornalístico credível da função referencial e, com isso, faz colar as narrativas projetada e pressuposta. A matéria reifica os “bandidos”, antissujeito de um dos programas narrativos da narrativa projetada. Nega-se a esse actante qualquer tipo de motivação, narrativa ou mesmo identidade. Objetificado-o, a publicação o posiciona como objeto-valor da narrativa pressuposta. O enunciador Veja deseja, em ultimato, a suplantação da “bandidagem”.

Os termos que levariam à sanção da conjunção com o objeto-valor, as diretrizes pontuadas pela Veja, representam verdadeiras intervenções positivistas no objeto. O sujeito aplica a sua lógica ao outro e espera a automática replicação do “eu”. A supressão da alteridade é a tônica de um discurso essencialmente etnocêntrico e causal. Os “bandidos”, segundo a revista, devem ser contidos nos menores sinais de delinquência e as comunidades onde vivem são enxergadas como nascedouros de criminosos, nos quais policiais terão que ganhar a confiança dos moradores. Em última análise, o argumento não se distancia da delinquência inata lombrosiana.

A semiotização da reportagem de Veja parece indicar que, ao cabo, a lógica de reificação do “bandido” do século XX em nada difere da lógica escravocrata do século XIX. Mais de um século depois da abolição, não por coincidência, os “bandidos” são negros e pobres. Se os escravos confundiam-se com a própria enxada que utilizavam nas lavouras, a objetificação na contemporaneidade continua a renegar ao novo *outcast* o direito de uma história, de motivações, de um contexto que efetivamente o humanize. A alteridade nunca deixará de existir. As estratégias enunciativas apenas indicam a medida na qual o “eu” se vê ameaçado pelo outro.

Referências

BARROS, D. L. de. A comunicação humana. In *Introdução à Linguística: I. Objetos teóricos*. São Paulo: Contexto, 2006.

FECHINE, Y., NETO, J. V. *REGIMES DE INTERAÇÃO EM PRÁTICAS COMUNICATIVAS: Experiência de intervenção em um espaço popular em Recife (PE)*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2010.

FIORIN, J. L. A Semiótica Discursiva. In EMEDIATO, W.; LARA, G. M.; MACHADO, I. L (org.). *Análises do Discurso Hoje: volume 1*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. 284 p.

FIORIN, J. L. *Semiótica e História*. Caderno de Letras da UFF, Niterói, n. 42: 15-34, 2011.

FIORIN, J. L. *Elementos de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2013. 126 p.

LANDOWSKI, Eric. Les interactions risquées. *Nouveaux Actes Sémiotiques*, n° 101-103, Limoges: Pulim, 2005.

HJELMSLEV, L. *Ensaio Linguísticos*. São Paulo: Perspectiva, 1991.

SILVA, E. M. A. *Notícias da violência urbana - um estudo antropológico*. Niterói: Editora da UFF, 2010.

Pais de João Hélio defendem a redução da maioria penal (Internet). São Paulo: Giancarlo Lepiani; 2007 - (citado em 2014 Jul 6). Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/arquivo/pais-joao-helio-defendem-reducao-maioridade-penal>>

Perguntas & Respostas: Maioridade Penal (Internet). São Paulo: Veja.com; 2007 - (citado em 2014 Jul 6). Disponível em: <http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/perguntas_respostas/maioridade_penal/>

TATIT, L. *Quantificações subjetivas: Crônicas e Críticas*. Cadernos de Letras da UFF, Niterói, n. 42: 35-50, 2011.

ZILBERBERG, Claude. As condições semióticas da mestiçagem. Tradução de Ivã Carlos Lopes e Luiz Tatit. In CAÑIZAL, Eduardo Peñuela; CAETANO, Kati Eliana (Org.). *O olhar à deriva: mídia, significação e cultura*. São Paulo: Annablume, 2004: 69-101.

ZILBERBERG, C. *Razão e Poética do Sentido*. São Paulo: Edusp, 2006.